

PODER

Dino relata violência e ressalta ano eleitoral

Ministro diz ter sido ameaçado por funcionária de companhia aérea e prega educação cívica de empresas, especialmente com a proximidade do pleito. STF presta solidariedade

» IAGO MAC CORD

O Supremo Tribunal Federal (STF) saiu em defesa do ministro Flávio Dino, após o magistrado relatar ter sido ameaçado por funcionária de uma companhia aérea. A Corte enfatizou que divergência de ideias “jamais pode abrir espaço para o ódio” e pregou serenidade.

Em postagem nas redes sociais, Dino afirmou ter sofrido hostilidade e ameaça durante procedimento de embarque, e atribuiu a violência ao seu trabalho no STF. “Recentemente, uma funcionária de uma empresa aérea, ao olhar um cartão de embarque com meu nome, manifestou a um agente de polícia judicial a vontade de me xingar. Em seguida se corrigiu: disse que seria melhor matar do que xingar. Como não a conheço, nem ela me conhece, é claro que tais manifestações derivam de minha atuação no STF”, escreveu.

Dino ressaltou que não informaria o nome da funcionária, da empresa ou a data da ocorrência. “Não é esse o propósito. Só escrevo esse relato por não ser uma situação de interesse exclusivamente pessoal, e sim coletivo”, argumentou. “Imaginemos que outros funcionários, da mesma ou outra empresa aérea, sejam contaminados com idêntico ódio. Isso pode significar até riscos para segurança de aeroportos e de voos e, por conseguinte, de outros passageiros. Imaginemos se isso se alastra para outros segmentos



O pedido que faço às empresas em geral, mas especialmente àquelas que lidam com o público, é que façam campanhas internas de educação cívica para que todos possam conviver em paz, especialmente neste ano eleitoral, em que muitos sentimentos se acirram

Flávio Dino, ministro do STF



A divergência de ideias, própria da democracia, jamais pode abrir espaço para o ódio, para a violência em qualquer de suas formas ou para qualquer modo de agressão pessoal

Trecho da nota do STF

de negócios: um cliente corre o risco de, por exemplo, ser envenenado?”, pontuou.

Ao final da postagem, o ministro fez um apelo direto às empresas e às entidades empresariais, especialmente as que lidam com atendimento ao público. Ele sugeriu a implementação de campanhas internas de educação cívica com o objetivo de garantir a convivência em paz e o respeito interpessoal.

Dino destacou que o pedido é urgente devido ao calendário eleitoral de 2026, período em que os sentimentos políticos costumam se acirrar. E enfatizou que, embora cada cidadão tenha direito a opiniões e simpatias individuais, os consumidores não podem temer agressões de prestadores de serviço ao consumir produtos. “Pode ter sido um ‘caso isolado’. Porém, com o andar do calendário eleitoral, pode não ser. Então é melhor prevenir”, frisou.

Apoio

Logo após o relato do ministro, o Supremo emitiu nota oficial de solidariedade ao magistrado e de repúdio ao ocorrido. “A divergência de ideias, própria da democracia, jamais pode abrir espaço para o ódio, para a violência em qualquer de suas formas ou para qualquer modo de agressão pessoal”, diz o comunicado. “Manifestamos, por isso, nossa solidariedade ao ministro Flávio Dino diante do grave fato ocorrido hoje no aeroporto de São Paulo, cujo relato foi tornado público.”

A nota do STF também tratou das bases para a convivência em sociedade, pontuando que o respeito a todas as pessoas, independentemente de exercerem ou não funções públicas, bem como o respeito às instituições e às autoridades legitimamente constituídas, é premissa inegociável e condição essencial para a vida republicana.

Por fim, o tribunal fez uma convocação à pacificação social e ao bom senso coletivo, reforçando a necessidade de o país retomar o equilíbrio diante do acirramento político. “Impõe-se reafirmar os valores da civilidade, da tolerância e da paz social”.

“O Brasil precisa de serenidade, espírito público e compromisso democrático, para que as diferenças possam coexistir dentro dos limites do respeito mútuo e da dignidade humana”, concluiu a nota.

NAS ENTRELINHAS

Por Carlos Alexandre de Souza

carlosalexandre.df@dabr.com.br

Maurenilson



Um escândalo a conduzir o rumo das eleições

A cinco meses do veredito das urnas, a corrida eleitoral permanece em estado de suspense. Os desdobramentos do escândalo Master provocaram forte abalo na pré-candidatura do senador Flávio Bolsonaro, até então o adversário mais competitivo na disputa contra o incumbente Luiz Inácio Lula da Silva. Apesar do apoio de aliados como o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e do recuo nas críticas do ex-governador Romeu Zema, o 01 ainda se esforça para manter alguma credibilidade entre os eleitores. A reação inicial do senador, com uma negativa peremptória, seguida de diferentes versões para o repasse de milhões de reais ao filme Dark Horse, provocou um clima de desconfiança que demandará tempo para se dissipar. A reunião de hoje entre o parlamentar e a cúpula do PL, em Brasília, é uma dessas tentativas de recuperação de imagem.

Flávio Bolsonaro passou a ser o mais novo personagem a ter a reputação seriamente atingida com o escândalo Master. Ele integra o grupo de políticos, classe que mantinha relações próximas com o banqueiro e está na mira das investigações da Polícia Federal. Dias antes de Flávio, outro senador estava em apuros. Ciro Nogueira foi alvo de busca e apreensão e ficou ainda mais comprometido com indícios suspeitos como a tal “emenda Master”, que ampliava o limite de cobertura do Fundo Garantidor de Crédito de R\$ 250 mil para 1 milhão. A proposta, sustenta a PF, foi redigida pelo próprio Banco Master.

A medida que avança a investigação da Operação Compliance Zero, os efeitos eleitorais se tornam mais evidentes, bem como o nervosismo dos políticos enredados na teia de relacionamento de Daniel Vrcaro. Até aqui, os personagens mais atingidos orbitam em torno do bolsonarismo e do Centrão, o que leva os governistas a reforçarem a alcunha de “BolsoMaster” para o conjunto da obra nababesca patrocinada por Daniel Vrcaro, regada a muitas viagens, festas e outras vantagens.

Para os governistas, o caso Master ainda não causou maiores estragos. Embora os bolsonaristas lancem suspeitas sobre os vínculos de Daniel Vrcaro com o programa CredCesta, durante a gestão do ex-governador Rui Costa na Bahia, os indícios são pequenos se comparados às bilionárias transações reveladas pela Operação Compliance Zero. Indignado com as insinuações de Flávio Bolsonaro, o senador baiano Jaques Wagner fez questão de subir à tribuna para rebater os ataques. Explicou que, quando Rui Costa tornou-se governador, havia na Bahia uma “excrecência, uma rede do supermercado estatal”. Segundo ele, essa empresa causava prejuízo de R\$ 80 milhões por ano. “Então, nós resolvemos e privatizamos (...). Quando nós privatizamos, o Cartão Cesta, que era parte dessa rede de supermercado, foi junto com isso. Aí se encerra a participação minha ou do ex-governador nesse episódio”, pontuou Wagner.

Trocando em miúdos, para as eleições presidenciais, o que temos é um escândalo que atinge diretamente as pretensões eleitorais de Flávio Bolsonaro. Não há, por enquanto, nada que indique o envolvimento do presidente Lula com as armações de Daniel Vrcaro. O que chama mais atenção, até aqui, foi o encontro ocorrido em dezembro de 2024, com a participação dos ministros Rui Costa e Alexandre Silveira, além do então diretor de política monetária Gabriel Galpólo – já definido como futuro presidente do Banco Central.

No caso do Lula, os efeitos do escândalo Master poderiam causar danos eleitorais em razão de outro poder — o Judiciário. As relações comerciais entre Daniel Vrcaro e pessoas ligadas aos ministros do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes e Dias Toffoli vinham alimentando, há meses, o movimento político para eleger uma bancada de senadores disposta a aprovar medidas como o impeachment de integrantes do STF. Flávio Bolsonaro era visto como o porta-voz de uma classe política que se diz perseguida pela “ditadura da toga” e por uma Polícia Federal formada por “jagunços”.

Com a divulgação das conversas entre Flávio Bolsonaro e Daniel Vrcaro, o discurso de moralidade da oposição caiu por terra. Não há santos nem inocentes em uma batalha política. Mas o jogo, por ora, está desfavorável para a oposição. Sairá vitorioso das urnas aquele que conseguir escapar ileso das investigações da Polícia Federal e, se for bem-sucedida, da delação premiada do banqueiro autor do maior escândalo financeiro de que se tem notícia no Brasil.

Luiz Silveira/STF



Flávio Dino sobre a ameaça: “Como não a conheço, nem ela me conhece, é claro que tais manifestações derivam de minha atuação no STF”

Juízes: penduricalhos e salário maior

Associações que representam magistrados, procuradores e promotores apresentaram recursos ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a flexibilização das regras que restringiram os pagamentos de penduricalhos. Somado a isso, uma das principais entidades que representa juízes e desembargadores cobrou da Corte que apresente ao Congresso uma proposta de reajuste dos salários dos seus membros, alegando defasagem de mais de 20 anos.

A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) pleiteou que o STF busque o aumento salarial. A entidade justificou o pedido citando trechos dos votos dos ministros Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes em que afirmam que há defasagem nos salários dos magistrados. Segundo a Ajufe, o subsídio dos ministros do

STF, que estabelece o teto do funcionalismo público, deveria ser de R\$ 71 mil em vez dos atuais R\$ 46 mil.

A associação propõe o reajuste com base no IPCA dos últimos 20 anos, sob o argumento de que os salários não teriam acompanhado as variações do índice. Além do pedido de um novo teto, a Ajufe se uniu a outras associações para pedir a flexibilização da decisão que restringiu os pagamentos dos penduricalhos no Judiciário e no Ministério Público.

Um dos principais pleitos é que o STF altere a decisão que impôs um limite de 35% aos pagamentos de verbas consideradas indenizatórias, como diárias, ajuda de custo, indenização de férias não gozadas, do auxílio-moradia e do auxílio-saúde. A demanda é para que esses benefícios voltem a funcionar como

antes, quando não havia limite de pagamento.

“Afasto a limitação ao percentual de 35% da remuneração imposta ao pagamento das verbas indenizatórias e de eventuais valores retroativos reconhecidos por decisões judiciais ou administrativa”, pedem a Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) e a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp).

Um associação que representa os membros de tribunais de contas chegou a ir além e pediu que as restrições impostas ao Judiciário e Ministério Público não se apliquem aos seus representados.

Retroativos

Outra demanda é para que o STF permita o pagamento de

verbas retroativas reconhecidas pelos órgãos do Judiciário e Ministério Público antes de fevereiro deste ano. Essas verbas são benefícios de caráter indenizatório que, por algum motivo, deixaram de ser pagos ou foram eventualmente reconhecidos como direitos. Os retroativos geram valores milionários e são comumente reajustados pela inflação do período em que deixaram de ser pagos.

Diversos outros benefícios foram incluídos no rol de pedidos das associações ao STF. As demandas foram feitas por meio de embargos de declaração, um tipo de ação em que o relator, nesse caso Alexandre de Moraes, é provocado a alterar trechos da decisão considerados obscuros ou contraditórios.